



Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT Belo Horizonte, ano 12, n. 69, maio/jun. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Sigilo fiscal em face do Ministério Público
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
- ◆ Territórios quilombolas e a imunidade do imposto sobre a propriedade territorial rural
Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos
- ◆ A cobrança de IPTU sobre o patrimônio dos entes públicos – A experiência no Distrito Federal
José Hable
- ◆ O IVA e o sistema do direito europeu
Sérgio Vasques
- ◆ A (in)constitucionalidade da contribuição social dos clubes de futebol profissional
Marcílio da Silva Ferreira Filho
- ◆ A fiscalidade e o Tratado de Lisboa – Um capítulo ainda por escrever
Maria Eduarda Azevedo
- ◆ Crítica ao creditamento do ICMS sobre a energia elétrica consumida na telecomunicação
Cristian Ricardo Prado Moises

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Imposto sobre Serviços (ISS) – Serviços de impressão gráfica do jornal “Folha Universal” da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) executados por terceiros – Considerações em torno do significado e alcance do instituto da imunidade tributária (CF, art. 150, VI, “d”) – Inadmissibilidade da “censura tributária” – Inocorrência
- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
IPTU – Majoração da base de cálculo – Necessidade de lei em sentido formal – Atualização monetária – Possibilidade

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Recurso repetitivo – Contribuição previdenciária a cargo da empresa – Regime Geral da Previdência Social – Discussão a respeito da incidência ou não sobre as seguintes verbas: terço constitucional de férias; salário-maternidade; salário-paternidade; aviso prévio indenizado; importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença
- ◆ **Ministério da Fazenda – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
PIS – Regime monofásico – Planejamento tributário – Simulação absoluta – Não caracterização – Art. 116, parágrafo único, do CTN – Unidade econômica – Art. 126, III, do CTN
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
ICMS incidente sobre serviços preparatórios ao de comunicação – Segurança concedida a favor da recorrida – Decisão transitada em julgado – Acórdão a quo que determinou o levantamento de depósito administrativo realizado pela empresa de telefonia com supedâneo em lei estadual para suspensão da exigibilidade do crédito tributário (Lei mineira nº 6.763/75, art. 212) – Negativa do Fisco estadual em devolver o valor depositado calcada na necessidade de prova do não repasse do tributo ao contribuinte de fato – Inaplicabilidade do art. 166 do CTN – Hipótese que não se confunde com a de repetição de indébito – Depósito vinculado ao teor da decisão judicial transitada em julgado, que, no caso, foi favorável à recorrida

Ementário

- ◆ Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
- ◆ Constituições Sociais
- ◆ Crime contra a Ordem Tributária
- ◆ Direito Antidumping
- ◆ Execução Fiscal
- ◆ Imposto de Importação
- ◆ IRPF
- ◆ IRPJ
- ◆ IPTU
- ◆ ICMS
- ◆ IPI
- ◆ Imunidade Tributária
- ◆ PIS/COFINS

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ STF considera inconstitucional exigência de garantia para impressão de documentos fiscais
- ◆ Lei que institui 2% de ICMS sobre perfumes e cosméticos importados é declarada inconstitucional
- ◆ STJ afasta bitributação sobre lucro de coligadas da Vale em três países
- ◆ STF declara inconstitucional contribuição sobre serviços de cooperativas de trabalho
- ◆ Ministro suspende exigibilidade de impostos da Cetesb
- ◆ Sexta Turma mantém condenação de Luiz Estevão por crime contra ordem tributária
- ◆ Violação dos deveres de depositário não autoriza redirecionamento de execução fiscal
- ◆ Segunda Turma nega recurso da Fazenda e assegura ao Senai isenção de tributos de importação